

Senado Federal

3 - MAI 2001

Senado Adversários negam acordo, mas não se atacam e acusam imprensa de manipular informações

94 **Jader e ACM reforçam suspeita de pacto**Ricardo Amaral e
Marluza Mattos
De Brasília

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), confundiu seus colegas e reforçou a suspeita de que estaria buscando um acordo com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que será julgado pelo Conselho de Ética sob acusação de quebra do decoro parlamentar. Jader fez um discurso com o objetivo de isolar-se do escândalo da violação do painel, que envolve Antonio Carlos e o ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF). O efeito foi o oposto, porque, pela primeira vez em mais de um ano de ataques, Jader e o senador da Bahia, que falou em seguida, não trocaram acusações. Ambos concentraram ataques na imprensa, que acusaram de manipular a opinião pública, cada qual por suas razões.

Jader anunciou que apresentará hoje ao plenário projeto de decreto legislativo (PDL) autorizando o Supremo Tribunal Federal a abrir processo que eventualmente venha a ser pedido, contra ele, pelo Ministério Público. A autorização é necessária porque o senador tem imunidade parlamentar, mas não há precedente de autorização antecipada. "Quem tiver acusações concretas terá a obrigação de formalizá-las, sob pena de incorrer em crime de omissão", disse Jader. "Há toda uma campanha na mídia para que o presidente do Senado Federal seja visto envolvido em graves denúncias", queixou-se.

A preocupação de Jader é com pesquisas de opinião demonstrando que a maioria dos eleitores defende punição para os dois acusados no painel e também para o presidente do Senado. Amigos, ex-colaboradores, ex-sócios e até a mulher de Jader, Marcia Centeno, são investigados pelo Ministério Público por envolvimento em desvio de recursos da extinta Sudam. Alguns foram até presos e soltos. O presidente do Senado tentava isolar os casos para não se tornar, como ele mesmo disse, "a bola da vez" após uma eventual punição aos senadores do painel.

A manobra surpreendeu os senadores, mas Jader perdeu o controle da situação quando provocou o relator do Conselho de Ética, Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). "Não ficarei surpreso se meu nome acabar citado no relatório do senador Saturnino como parte do escândalo do painel", Saturnino sustentou que o caso do painel começou com a troca de acusações entre Jader e Antonio Carlos. "O senador não é objeto do caso, mas está envolvido em sua origem", disse Saturnino. "Amanhã, no entanto, poderá vir a ser julgado por ter faltado à verdade, porque há senadores do PMDB que não gostaram de ter ouvido que o senhor não tinha nada a ver com José Osmar Barros (um dos fraudadores da Sudam) e descoberto depois que foram sócios". A intervenção desmontou Jader.

Saturnino lembrou que presidente e ex-presidente do Senado já foram punidos com censura pelo Conselho de Ética, um agra-

vante que pesará na decisão do caso do painel. Para surpresa de todos, Jader defendeu o adversário, dizendo que a censura não poderia ser usada como agravante na definição da pena de Antonio Carlos. O senador da Bahia negou ter recebido telefonema de Jader oferecendo ajuda, noticiado ontem em "O Globo". Queixou-se de prejulgamentos da imprensa e de membros do Conselho de Ética, que já falam em cassação, e devolveu a gentileza do adversário: "Não é com base na opinião pública manipulada, como falou o presidente, que se deve agir", afirmou.

O constrangimento dos senadores foi evidente. "Estou confuso", reconheceu Carlos Bezerra (PMDB-MT). "Não contem comigo para um acordo", reagiu Roberto Freire. "Nem pensem nisso, ou as trombetas vão soar", disse a um colega o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS). Roberto Requião (PMDB-PR) foi um isolado defensor de Jader e Antonio Carlos. "A repercussão do caso do painel está extrapolando o fato", disse. Jader teve de explicar aos colegas do PMDB que incensara o adversário para manter o ambiente de trégua entre os dois, pelo menos nos discursos e entrevistas. Negou oferta de ajuda ou acordo.

Antonio Carlos, Arruda e a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, serão submetidos hoje a inédita acareação no Conselho de Ética. A oposição adiou para dia 9 a formalização do requerimento da CPI da Corrupção. Alega que espera desdobramentos da crise do Senado.



Jader Barbalho pede inédita autorização prévia para Supremo processá-lo: "Quem tiver acusações, que formalize"

Renúncias levariam a nova eleição 95Jamil Nakad Junior
De São Paulo

Uma renúncia do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) seguida da renúncia dos seus dois suplentes provocaria uma nova eleição para a vaga do senador na Bahia. Um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral garante que seu novo mandato não seria afetado pela acusação de falta de decoro de que pode ser alvo o atual mandato.

Segundo esse ministro, que pediu para não ser identificado,

o novo mandato levaria a que o processo por falta de decoro fosse extinto e que o senador só continuasse a responder aos processos criminais.

A hipótese está prevista na Constituição Federal. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 56, "ocorrendo a vaga (de senador ou de deputado) e não havendo suplente; far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato".

Ainda faltam 20 meses para o fim do mandato. Mas segundo

um outro ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, convocada uma nova eleição por causa da tripla renúncia, a recandidatura do senador Antonio Carlos Magalhães poderia ser considerada uma fraude à lei, já que a renúncia seria feita apenas para sustar o processo de cassação. "Haveria má-fé do uso do recurso jurídico", diz o ex-ministro.

O advogado do PFL, Torquato Jardim, negou que já tenha feito uma consulta formal ao TSE sobre a possibilidade de um novo mandato ser afetado por este.